Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.WNB-6914/2013**
PROCESSO TC/MS	:	TC/20122/2012
PROTOCOLO	:	1271019
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
RESPONSÁVEL	:	CELSO LUIZ DA SILVA VARGAS
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2011
RELATOR	:	CONS. WALDIR NEVES BARBOSA
CONTRATADO (A)	:	**CONSALEGIS – CONSULTORIA ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA LTDA.**
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2011
OBJETO DO CONTRATO	:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIA
VALOR	:	R$ 141.100,00

Vistos, etc

Versam os presentes autos, sobre o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 010/2011, e da formalização do Contrato Administrativo nº 102/2011, firmado entre a **Prefeitura de Maracaju** e a empresa **Consalegis – Consultoria Administrativa Tributária Ltda.,** tendo por objeto contratação de serviços técnicos especializados de consultoria administrativo tributária.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, procedeu a análise do contrato, de acordo com o disposto no Regimento Interno desta Corte de Contas, opinando pela sua regularidade e legalidade, consoante Análise Conclusiva nº 9.671/2013 (peça nº 49), nos termos do inciso I, do artigo 311, c.c. o inciso I, do artigo 312, ambos da Resolução Normativa TCE/MS 057/2006.

O Ministério Público de Contas, através do Parecer nº 10139/2013 (peça nº 51), opinou pela regularidade e legalidade da formalização do contrato em comento, por estar em conformidade com a legislação pertinente.

É o que cumpre relatar.

Do exame do procedimento licitatório e da formalização do contrato em epígrafe pode-se constatar que os atos praticados estão de acordo com a legislação que rege a matéria e seu processamento ocorreu dentro da legalidade e regularidade, recebendo condições para aprovação.



Diante do exposto, acolhendo o r. parecer do Ministério Público de Contas, e, com fundamento no inciso V, do artigo 13, c.c. o inciso I, do artigo 311, e 1ª parte do inciso I, do artigo 312, da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006, **DECIDO** pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório realizado na modalidade Tomada de Preços nº 010/2011, e da formalização do Contrato Administrativo nº 102/2011, celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Maracaju** e a empresa **Consalegis – Consultoria Administrativa Tributária Ltda.**

É a decisão.

Ao Cartório para as providências regimentais e, após, à 3ª Inspetoria de Controle Externo, para cumprimento do disposto no artigo 317, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Campo Grande-MS, 22 de agosto de 2013.

Conselheiro Waldir Neves Barbosa
Relator

ESD/nb